



TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS, FOME, TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: ORIGENS, SENTIDO ATUAL E PERSPECTIVAS

Leonoura Katarina Santos ¹

José Henrique Rodrigues Stacciarini ²

Odelfa Rosa ³

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma análise sobre a miséria social brasileira, movimentos sociais, transição demográfica, e gestão do território em escala nacional e regional - Brasil/Goiás. O objetivo é ressaltar como tais abordagens ocorrem na produção espaço elencando a fome como questão política e a importância de movimentos sociais para o surgimento de ações cidadãs como a Ação da Cidadania Contra a Fome, a configuração da população atual como produto das transições ocorridas no século XX, as perspectivas futuras para configuração demográfica brasileira, e as questões socioambientais nas terras cerradeiras. A metodologia se realizou em pesquisa qualitativa e bibliográfica. Os resultados apontam que dentre todas as misérias sociais a fome é uma das mais perversas, ela assola milhares de pessoas que vivem em estado de subnutrição e fome extrema, que encaram os pratos vazios como um convite a morte. A ocupação e urbanização das terras cerradeiras juntamente, com a história de Goiás caminha marcada pela violência em busca de mão de obra indígena, as explorações de minerais, e logo com a expansão da fronteira agrícola, urbanização e os problemas socioambientais. E por fim que a transição demográfica implica que a população continua a crescer de maneira mais lenta, e consequentemente terá um aumento na população idosa. Assim, a exploração do trabalho aumentou a riqueza dos donos dos meios de produção, os movimentos sociais buscam a valorização do trabalho, as movimentações sociais deslocaram as populações, e a gestão do território é feita em maior parte pelo pacto da elite.

Palavras-chave: Miséria Social, Gestão do território, Transição demográfica.

RESUMEN

Este trabajo es el resultado de un análisis de la miseria social brasileña, los movimientos sociales, la transición demográfica y la gestión del territorio a escala nacional y regional - Brasil / Goiás. El objetivo es resaltar cómo se dan tales enfoques en la producción del espacio, enlistando el hambre como tema político y la importancia de los movimientos sociales para el surgimiento de acciones ciudadanas como la Acción Ciudadana contra el Hambre, la configuración de la población actual como producto de las transiciones ocurridas en el siglo XX, las perspectivas de futuro de la configuración demográfica brasileña y los problemas socioambientales en tierras de Cerrado. La metodología se llevó a cabo en investigación cualitativa y bibliográfica. Los resultados muestran que entre todas las misérias sociales el hambre es una de las más perversas, azota a miles de personas que viven en un estado de desnutrición y hambre extrema, que ven los platos vacíos como una invitación a la muerte. La ocupación y urbanización de tierras de Cerrado junto con la historia de Goiás está marcada por la violencia en busca de mano de obra indígena, explotación minera, y luego con la expansión de la frontera agrícola, urbanización y problemas socioambientales. Finalmente, la

¹ Mestranda do Curso de **Geografia** da Universidade Federal - UFCat, leonourakatarina@hotmail.com;

² Doutor do Curso de **Geografia** da Universidade Federal - UFCat, jhrstacciarini@hotmail.com;

³ Doutora do Curso de **Geografia** da Universidade Federal - UFCat, odelfarosa@gmail.com.



transición demográfica implica que la población siga creciendo más lentamente. Así, la explotación del trabajo ha incrementado la riqueza de los dueños de los medios de producción, los movimientos sociales buscan la valorización del trabajo, los movimientos sociales han desplazado poblaciones, y la gestión del territorio se hace mayoritariamente por el pacto de élites.

Palabras clave: Miseria Social, Gestión del Territorio, Transición Demográfica.

INTRODUÇÃO

O flagelo da fome, leva as pessoas o sofrimento, moléstias, a morte e a migrarem como discorre Neto (1979, p.71) em seu poema Morte e Vida Severina, ao retratar a vida dos sertanejos nordestinos “*que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta*”. Na Idade Média por exemplo ocorreram em torno de 300 epidemias de fome, e mesmo com toda mudança socioespacial após a Guerra Fria e concomitante a isto o mundo tecnológico, pessoas perecem e morrem de fome todos os dias. Porém, a FAO (2017) infere que no mundo se produz cerca de 2,5 bilhões de toneladas de grãos, que seria o suficiente para ofertar segurança alimentar ao contingente populacional mundial atual, e por qual motivo ainda temos fome?

Josué de Castro que evidenciou a situação da miséria social no Brasil, faz o ensaio da fome no Brasil, traçando um perfil epidemiológico nutricional, dividindo o Brasil em cinco diferentes áreas alimentares, denunciando as mazelas em prol da má distribuição de renda, rompendo com a ideia de que a fome se restringe ao aumento população x produção de alimentos. Portanto a fome se configura como uma questão econômica, social, política, ambiental e de saúde pública. Josué de Castro com a publicação de suas obras, torna-se referência para que posteriormente se inicie movimentos em prol do combate à miséria no país.

O Movimento pela Ética na Política, passa a ser substituído pela Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, ou seja, uma ação cidadã plural e neutra. Em 1993 o IPEA conclui o Mapa da Fome, denunciando o escandaloso número de 32 milhões de brasileiros em estado de fome absoluta. A emergência da fome é amenizada depois de vários esforços e políticas públicas instauradas principalmente no governo do PT (2003-2016). Em 2014 o Brasil finalmente sai do Mapa da Fome, entretanto após os governos que sucederam o Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, o Brasil caminha a passos largos para o Mapa da Fome, pelo despreparo do novo governo neoliberal que pouco se interessa em oferecer cidadania e democracia ao povo brasileiro.



Em relação a transição demográfica, esta traz algumas implicações, das quais podemos destacar: aumento da expectativa de vida, diminuição da taxa de mortalidade, preservando as vidas tão precocemente ceifadas (efeitos positivos). Outra implicação seria a queda na taxa de fecundidade, e também no aumento da população economicamente ativa provocando um bônus demográfico com a diminuição da dependência demográfica, com maiores investimentos na sociedade, segundo Alves (2002, pág.45) “há, então, uma contribuição positiva e inequívoca da população para o desenvolvimento econômico”. Entretanto caso ocorra o maior envelhecimento da população e concomitante a isto uma maior dependência demográfica, tal bônus deixa de ter efeito, pois se teria uma menor PIEA, conseqüente menos contribuintes para previdência social e mais dependentes dela.

Já no que tange a ocupação antrópica da região do bioma Cerrado, é um reflexo das políticas públicas, que por grande parte do tempo não se atentou as problemáticas ambientais, negligenciando a qualidade do uso do solo, e com a busca da produtividade excessiva a cada colheita, marcada pela contaminação, poluição, desmatamentos, e descasos ambientais, o Cerrado ganha novas paisagens, bem distintas daquelas citadas pelo escritor Guimarães Rosa, no qual, em sua obra “Grande Sertão Veredas” (1986), exalta a exuberância e peculiaridades do Cerrado, “em que afundamos num cerrado [...] E as árvores iam se abaixando menorzinhas, arregaçavam saia no chão [...] De longe vez, capins mortos; e uns tufo de seca planta – feito cabeleira sem cabeça.” (ROSA, 1986, pág. 36-37).

OBJETIVOS

O objetivo deste artigo visa ressaltar como tais abordagens ocorrem na produção espaço elencando a fome como questão política e a importância de movimentos sociais para o surgimento de ações cidadãs como a Ação da Cidadania Contra a Fome, a configuração da população atual como produto das transições ocorridas no século XX, as perspectivas futuras para configuração demográfica brasileira, e as questões socioambientais nas terras cerradeiras.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa ocorreu por meio de pesquisa qualitativa e bibliográfica pautada na análise de livros, teses, revistas, dissertações e artigos de jornais. Embasada em autores como: Arrais (2021), Alves (2002), Castro (1984), Chaveiro (2017), Smith (1998), Stacciarini (2002; 2009; 2013; 2017) e dentre outros.



Trabalho, movimentos sociais, fome, transição demográfica e gestão do território Brasileiro/Goiano: origens, sentido atual e perspectivas

Segundo a FAO, em torno de 900 milhões de pessoas dormem com fome todos os dias como produto dessa desigualdade socioespacial, que se produz e reproduz cotidianamente no espaço geográfico, causando assim uma fome generalizada. “As possibilidades de estar em insegurança alimentar são maiores para as mulheres do que para os homens em cada continente, sendo que a maior brecha está na América Latina” (s/a, s/d). A isto Castro acrescenta:

Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. Mesmo nosso continente, chamado o da abundância simbolizado até hoje nas lendas do Eldorado, sofre intensamente o flagelo da fome. E, se os estragos desse flagelo na América não são tão dramáticos como sempre foram no Extremo Oriente, nem tão espetaculares como se apresentaram nos últimos anos na Europa, nem por isso são menos trágicos, visto que, entre nós, esses estragos se fazem sentir mais sorrateiramente, minando a nossa riqueza humana numa persistente ação destruidora, geração após geração. (CASTRO, 1984, pág. 48).

Dito isto, se faz necessário refletir: Qual o papel dos geógrafos para uma sociedade igualitária, que se insere em um sistema tão predatório? Há democracia na miséria? Afinal a democracia e a cidadania se entrelaçam, como podemos falar de democracia em um mundo onde considerável parte da população vive em insegurança alimentar? Stacciarini citando Betinho acrescenta:

Para Betinho “Miséria e Democracia são incompatíveis”, pois onde há miséria não há possibilidade de existir democracia e, ao contrário, para se falar que uma sociedade é democrática é preciso, antes, que haja a erradicação da miséria. Jamais será verdadeiramente democrática uma sociedade que assiste passivamente a existência de membros de sua população passando fome, vivendo sem condições de trabalhar, de morar e sem as mínimas possibilidades de uma Educação de Boa Qualidade. (STACCIARINI, 2002, pág. 28).

Desde os primórdios da civilização a busca por alimento é vital e move as ações humanas como as atividades de caça e coleta, pois, é a necessidade mais básica para a manutenção a vida, sem a nutrição física do corpo o homem em sua existência de sobrevivência nada pode fazer, sem locomoção básica nutrida pelos alimentos as demais atividades tronam-se obsoletas. De acordo com Stacciarini (2002) a falta de alimentos em



outrora faziam com que os homens primordiais devorassem os seus rivais depois de árduas batalhas (Antropofagia). E conseqüentemente devido à falta de insumos avançados a esta época as epidemias assolavam tais povos, e por meio da seleção natural os que sobreviviam perpetuam as espécies, a isto acrescenta-se também a baixa expectativa de vida.

Assim sendo, são os nutrientes adquiridos no ato de se alimentar que oferecem ao corpo o necessário ao seu desenvolvimento, tanto que a desnutrição pode causar inúmeras baixas no sistema biológico, levando-o muitas vezes a morte. Sobre a relação da nutrição e a manutenção a vida, Castro detalha:

A vida traduz-se por um encadeamento organizado de acontecimentos físico-químicos. Quando nosso organismo mantém constante sua temperatura, enquanto declina a do meio ambiente ou quando ele desempenha qualquer trabalho muscular — tudo isso se traduz em reações químicas: o gasto das reservas que se faz através da fixação do oxigênio e da emissão de calor. O trabalho do organismo — sua vida — pode, pois, exprimir-se exatamente por essa emissão de calor que permite determinar-se o que ele perde. Determinar a perda significa também determinar as necessidades, uma vez que, para manter-se, o organismo precisa reparar suas perdas. E pela alimentação que fazemos essa compensação, essa restauração. Consumimos os fragmentos de seres vivos, que, por sua vez, são combustíveis. Seu valor de reparação, de restauração, seu valor como alimento pode também, por seu lado, ser medido com exatidão, pelo calor que se desprende de sua combustão. Assim, as necessidades alimentares do homem e o valor de sua alimentação podem ser definidos fisicamente, tomando-se calculáveis em termos de calor, em calorias. (CASTRO, 1984, pág. 24).

Seguindo o curso da história, e como se vê até os dias atuais a fome sempre esteve presente na história da humana, mas hoje não ao tocante da produção de alimentos. Posteriormente aos picos de fome crônica na Idade Média se caminha para o avanço científico no pós revolução industrial, isto é, até então o sistema feudal contava com uma produção limitada, com o nascimento da indústria, pode-se conceber uma maior produção de alimentos.

Entretanto, como um emaranhado de pontos negativos que advém do capitalismo e conseqüentemente da revolução industrial, se têm uma maior transformação da primeira natureza em segunda natureza e um desenrolar de uma crise ambiental mundial, e um desenvolvimento desigual da malha urbana que segundo Lefebvre (2001) advém da industrialização, o êxodo rural, e principalmente uma grande produção de mercadorias cuja a classe trabalhadora que vende sua mão obra para produzi-las, não pode comprá-las. Assim, como coloca Smith (1988, pág. 22) “no capitalismo a apropriação da natureza e sua transformação nos meios de produção ocorre, em princípio, em o homem modifica as formas das matérias naturais, de modo a torná-las úteis para ele”.

A isto tudo atribuímos o fenômeno da fome na modernidade, e as disparidades de fome e desperdício, pois em países desenvolvidos como os EUA o desperdício pode chegar



até 40% dos alimentos adquiridos, enquanto considerável parte da população mundial perece de fome, nos fazendo indagar onde está a cidadania? E no que tange ao Brasil, esse cenário também é presente e está intrínseco ao nosso passado colonial, perdurando até os dias atuais, onde os latifundiários concentram boa parte das terras e riquezas, e os menos abastados vivendo com muito pouco, a maioria das vezes apenas com o suficiente para sobreviver e não viver. Conseqüentemente, formaram-se movimentos sociais de luta para o embate da opressão a classe dominante.

Dentre os estudiosos que se preocupavam com a fome no Brasil destaca-se Josué de Castro autor de *Geografia da fome* que elaborou estudos com tal temática traçando um perfil epidemiológico nutricional, dividindo o Brasil em cinco diferentes áreas alimentares na década de 1960. Década qual o Brasil perece ainda mais na questão da fome, principalmente com a instalação do Regime Militar que atendia a classe burguesa nacional e internacional com grande influência dos EUA (AQUINO et. al. 1985).

Após o golpe os conflitos as lutas no campo s também se intensificaram, e muitas aconteciam de forma isolada, porém mesmo nesse tempo o sindicalismo rural conseguiu se reestruturar a partir de sua confederação. As greves nesse período também se intensificaram pela retomada dos direitos trabalhistas conquistados antes do golpe, principalmente na Zona da Mata pernambucana, onde mundo trabalhadores foram coagidos e expulsos das terras (MEDEIROS, 1989).

As eleições diretas para presidente só ocorrem depois de quase três décadas após o golpe militar, concedendo a Fernando Collor o cargo presidencial, nesse período muitos geógrafos traçaram discursos em prol da cidadania e democracia, com tudo a luta por um país onde todos possam vivenciar o direito à cidadania continua ao limiar do terceiro milênio, mudanças significativas ocorrem no mundo na década de 1990 (Stacciarini, 2002), e o avanço tecnológico, político e econômico no mundo configurando novas nuances socioespaciais. Stacciarini dialoga:

No fundo no limiar do terceiro milênio — os ataques terroristas, os conflitos culturais e religiosos, o choque entre instancias administrativas, os valores do consumismo e da liberdade pessoal ilimitada, o aumento do poder das redes dos diversos tipos de tráficos (influência, drogas, prostituição, crianças, órgãos etc!), a contaminação cada vez mais crescente do planeta como um todo, o desenvolvimento avassalador dos meios de comunicação social, a robotização, a civilização da imagem, entre outros aspectos, exigirão da Ciência Geográfica, respostas seguras no sentido de construir mais alternativas científicas de imensa abrangência social num mundo de desafios cada vez mais dinâmicos e interdependentes. (STACCIARINI, 2002, pág. 39. apud SANTOS, 1986; IRIARTE 1996; STACCIARINI, 1996).



O Brasil tem sua estrutura agrária baseada na relação colônia e metrópole, com a expressiva exploração da mão de obra indígena e escrava, a partir do capitalismo comercial promulgado pelos primeiros Estados Nacionais – Portugal e Espanha, no bojo da transição do sistema feudal para o capitalista (STACCIARINI, 2002). Primordialmente com as terras distribuídas entre as Capitânicas Hereditárias, e logo as Sesmarias com os primeiros vilarejos fixados nas áreas litorâneas, predominância do poder europeu, forte monocultura de cana-de-açúcar para o lucro da metrópole, e pequenas policulturas apenas a subsistência dos escravos.

A saber, os processos desenvolvimento do modelo capitalista de produção no Brasil, é um dos principais fatores que deve ser levado em conta para o estudo da agricultura em nosso país. “A compreensão desses processos é fundamental para o entendimento da agricultura brasileira, pois eles provocam movimento de concentração da população no país” (OLIVEIRA, 2009, pág. 467). Esse modo de produção capitalista tem como causalidade a migração para zonas urbanas do país, entretanto contraditoriamente produz também, relações camponesas de produção. “No campo, esse processo de desenvolvimento capitalista está igualmente marcado pela industrialização da agricultura” (OLIVEIRA, 2009 pág. 468).

Com escasseamento dos metais preciosos no século XVIII, começa-se o avanço da pecuária na Caatinga, Cerrado e Pampas. A localização geográfica, a falta de atração econômica para os colonos que se instalaram no Brasil, a partir do século XVI, e a precariedade dos meios de transporte e comunicação justificam o estabelecimento da estrutura fundiária de larga escala, a esses fatores, estão as leis que regem a posse da terra, como o regime sesmaria e, posteriormente, a lei de terras.

Assim, com a Lei de Terras (a terra torna-se mercadoria) e a abolição da escravidão tem-se o modelo exploratório com nova roupagem, inicia-se o ciclo do café acarretando em movimentos migratórios com os imigrantes europeus (embranchamento da população) para se trabalhar nas lavouras. Agora o trabalho assalariado caracteriza as relações capitalista de produção, porém os latifundiários visam também apenas a exploração dos trabalhadores, assim temos os arranjos do espaço agrário brasileiro.

Na Era Vargas - Estado Novo (1930-1945), tem-se o desenvolvimento da indústria de base (após as guerras e crise de 1929, vê-se a necessidade do desenvolvimento industrial anteriormente cessado pela metrópole) tal governo é ligado as classes urbanas, com isso a partir de 1930 tem-se o desenvolvimento industrial do Centro-Sul conseqüentemente sua mais elevada urbanização. Vargas, inicia a política de ocupação dos vazios demográficos, assim, como denota Pádua (2007, pág. 626), a “Marcha para o Oeste” – lema inaugurado em 1930 – tratava da concreta ocupação do Planalto Central, buscando ocupar áreas vazias do território



e, ao mesmo tempo, articular meios de transporte, visando a abertura de escoadouros para a produção nacional”.

Medeiros (1989) aponta que entre 1945-1964 houve uma brusca mudança na economia do país, ou seja, houve um avanço na industrialização e urbanização, o que não aconteceu com a agricultura havendo um descompasso entre agricultura e indústria, ocasionando então em uma pressão para modernizar o setor agrícola, pelas forças políticas do país.

Posteriormente com Juscelino Kubitschek (1956-1961) e o plano de metas, se abre a indústria para o capital estrangeiro, com a intensificação dos fluxos migratórios para as cidades a partir do êxodo rural, ultrapassando em 1970 a população urbana a rural, acentuando um desenvolvimento com uma desigual estrutura social, elevando as mazelas sociais. Assim, a partir de 1950 como coloca Santos (1999) a revolução urbana brasileira acentua a densidade demográfica no Centro – Sul do país.

Nessa conjectura de expansão da mancha urbana brasileira, se tem como já explanado anteriormente o Regime Militar a favor da elite e posteriormente o governo Collor com o escancarado governo neoliberal e as privatizações que seguem posteriormente com FHC, nesse período uma considerável parte da população perece em meio a corrupção e fome. Stacciarini elucida:

Nessa conjuntura elitista, os governos civis pós 1985 se deparam com consequências sociais cumulativas de “cinco séculos de latifúndio”, de perpetuação da miséria, da permanência da corrupção e de poucas “políticas públicas” direcionadas para os expropriados (José de Souza Martins), os ex-propriados (Paul Singer), os desterritorizados (Ruy Moreira). Numa relação de interdependência, soma-se ao longo processo da concentração da terra brasileira (“o pecado inicial da miséria brasileira”, no entender de Herbert de Souza!), a crise econômica brasileira dos “longos e perdidos anos da década de 1980”. Em verdade, este é o período que o Brasil paga Bilhões de juros da dívida externa e continua devendo bilhões. O governo do primeiro Presidente eleito diretamente pela população, sem 25 anos sem eleições diretas, começa anunciando metas privatizantes de interesse do capital “neoliberal” (“globalização”) e termina bem antes do previsto com uma onda de corrupção generalizada que é escancarada publicamente o que leva Collor a ser substituído pelo Vice-Presidente Itamar Franco. Por sua vez, a era FHC (dois governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso) consegue realizar algumas “reformas neoliberais” pensadas pelo Governo Collor, entre as quais a privatização de empresas estatais com grande reconhecimento social e a permissão para a intensa dimensão de negócios privatizados nas áreas da educação e saúde. Assim, como os demais governos brasileiros, FHC não consegue implantar efetivas “políticas públicas” amplas para os setores dos pequenos proprietários de terra e dos sem-terras do país, bem como para outras “classes” de “pobres” brasileiros, tanto das áreas rurais como das áreas urbanas. (STACCIARINI, 2009, pág. 10).

Com base na discussão acima voltamos a corrupção generalizada do governo Collor e as mudanças que ocorrem no início dos anos 1990 por todo mundo trazendo rearranjos socioespaciais diversos e desiguais que caminham também com as desigualdades geradas no



mundo globalizado pós Guerra Fria, já citados também anteriormente. E com isso emerge um novo discurso mundial pautado na Ética e Humanidade. Assim, quando falamos do governo Collor, remontamos a propaganda neoliberal, privatizações das grandes estatais e as demissões em massas acarretadas por estas ações, contudo antes disto, Collor promulga um plano fracassado de contenção a inflação, confiscando a poupança dos brasileiros (STACCIARINI, 2002). O autor pontua:

Entretanto, o Presidente Collor, antes da realização de um amplo programa de privatizações — exigidas pelo neoliberalismo em curso — precisava deter a inflação de mais de oitenta por cento herdada do desastroso final de mandato do Presidente Sarney. Para isso, promove, no dia seguinte (16 de março de 1996) de sua posse, o famoso “confisco da poupança” que é considerado inevitável, inclusive por economistas de formação socialista. Um completo fracasso é o resultado do plano de estabilização econômica do Presidente. Já, no primeiro semestre de 1991, Collor vê seu governo ser minado pela inflação, de novo em escala crescente, pela recessão e por inúmeras suspeitas de corrupção, envolvendo altos funcionários da Administração Federal. Somado a isto, acusações de desvios de dinheiro público e favorecimento ilícito de parentes são dirigidas para a primeira dama, que já ficará famosa pelo total desaparego das coisas ligadas ao intelecto. (STACCIARINI, 2002, pág.58).

Com um movimento popular de militantes, figuras políticas, universitários, sindicalistas e dentre outros, nasce o movimento pelo Impeachment de Collor. Em 09 de maio de 1992 ocorre a vigília da Ética e Política no Senado Federal com cerca de 980 pessoas, com entidades como a OAB e CNBB, no evento é verbalizado o Manifesto pela Ética na Política (STACCIARINI, 2002). O manifesto tem grandes impactos propiciando inúmeras vigílias cívicas a exemplo da USP e manifestações a favor do Impeachment, as mídias como a Rede Globo que apoiaram o presidente (Bem como o Impeachment de Dilma Rouseff em 2016), acabaram também por noticiar as manifestações, “em 29 de dezembro de 1992, durante sessão do senado Federal de julgamento do Impeachment — certo da derrota, Collor renuncia à Presidência”. (STACCIARINI, 2002, pág.62).

O Movimento de Ética na Política continua a ganhar força mesmo após a renúncia de Collor, sendo seu substituto Itamar Franco a abrir as portas do Palácio do Planalto a tal movimento e também o novo presidente recebe apoio do Partido dos Trabalhadores, o movimento pela Ética na Política em seguida é substituído pela Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. Segundo Stacciarini (2002) em uma reunião com Itamar Franco, Lula presidente do PT, sugere o sociólogo militante Herbert Souza (Betinho) para ficar à frente da proposta de Ação Combate à Fome, figura a qual também esteve à frente do movimento de Impeachment de Fernando Collor de Mello.



Neste período (1993) o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) conclui e Mapa da Fome e divulga que 32 milhões de brasileiros se encontram em estado de fome absoluta, evidenciando as condições de vidas dos menos abastados vítimas da égide do capital envolta em uma política corrupta, emergindo as elucidações de Josué de Castro. Sendo o Nordeste a região destacada no Mapa da Fome com maior número de indigentes com o número mais expressivo no Estado da Bahia, e logo em seguida no Ceará, como também a Região Sudeste com um alto números de indigentes no Estado de Minas Gerais.

Segundo Gohn (1997:95 apud. Stacciarini pág. 71) o indigente: “Trata-se de um indivíduo, ou um grupo familiar, subnutrido, excluído do processo de desenvolvimento socioeconômico do país, morador das favelas, palhoças, cortiços, conjuntos populares específicos”. Vale-se destacar que nesse período pós Revolução Verde, a fome que assola os brasileiros não remete a produção de alimentos, visto que a modernização do campo propõe uma alta produtividade, e sim das disparidades socioeconômicas e a falta de assistência pública para os que estão assolados com o flagelo da fome.

Com base nisto a Ação da Cidadania Contra a Fome se configurou de caráter emergencial, sendo está uma Ação Cidadã, ou seja, sem envolvimento religioso ou partidário, sendo a principal coisa a ser combatida a fome e a miséria. Como embate a estão questão foram criados comités para combater o suplício da fome, assim em 08 de março de 1993 é instituída a *Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida*, com caráter plural, descentralizado e neutro (STACCIARINI, 2002). Procurando levar aos indigentes estratégias diversas para sua nutrição como: sopões, padarias comunitárias, shows beneficentes, criação de empregos, hortas comunitárias e doação de alimentos, pois como dizia Betinho: “Quem tem fome tem pressa”.

A População Brasileira e a Transição demográfica

No Brasil a partir de meado do século XX, há uma considerável diminuição na taxa bruta de natalidade, mortalidade e crescimento vegetativo até 1900 a Taxa Bruta de Natalidade (TBN) era de 46 crianças para cada mil habitantes e Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) 27,8 óbitos a cada mil habitantes (ALVES, 2002). Há de levar em consideração em relação a TBN, que neste período havia a tradição de se formar grandes famílias e não havia métodos contraceptivos eficientes como as pílulas anticoncepcionais que só são fabricadas em meados do século XX. E em relação a TBM acrescenta-se a disseminação de inúmeras



doenças que assolavam a população como as infecciosas como tubérculos e febre amarela, sem falar das crianças que morriam durante os partos caseiros e a falta de vacinação.

Nas primeiras décadas do século XX melhores condições na saúde, avanço na medicina preventiva e curativa, saneamento básico, as campanhas imunização, pulverização nas residências, disseminação de remédios e vacinas contribuíram para o aumento da expectativa de vida populacional, e o declínio da TBM, ou seja, para a transição da mortalidade no Brasil que ocorre em um período que o mundo inteiro busca reduzir as taxas de mortalidade (ALVES, 2002).

A partir de 1970 até os dias atuais podemos destacar a intensificação da urbanização como um dos fatores para diminuição da Taxa de fecundidade e TBN, junto com métodos contraceptivos, redefinição do modo de vida, alto custo da vida urbana e a inserção da mulher no mercado de trabalho e nas universidades. Dessa forma, a transição na taxa de mortalidade como aponta o gráfico acima, inicia-se mais cedo enquanto a de natalidade passa-se a modificar a partir de 1960 diminuído pela metade o número de nascidos vivos ao final do século XX.

Nesta mesma análise podemos destacar a esperança de vida ao nascer que com todos os avanços na qualidade vida, houve um aumento significativo, que ocorre de forma desigual nas diferentes regiões do país, como coloca Alves (2002, pág.41) “a esperança de vida ao nascer no Brasil teve um ganho significativo, passando de 42,7 anos em 1940 para 67,6 anos em 1996”. Há de se destacar que a diminuição nas taxas de fecundidade que também ocorreu de forma desigual nas diferentes regiões do país, começando a transição para o declínio a partir de 1960 e diminuindo consecutivamente nos anos que se seguem.

Os fatores já citados acima como a não adoção dos métodos contraceptivos (quando adotados a partir da década de 1960, veio em alto custo sendo as camadas menos abastardas sem ter o livre acesso ao medicamento), e o casamento precoces se destacam-se como parte responsável pelo alto nível da taxa de fecundidade até 1960.

Para Neiva e Lima (2008) a essa queda se atribui uma janela de oportunidades demográficas, que se fechará quando a população alcançar um maior número de idosos. A transição demográfica traz algumas implicações, das quais podemos destacar: aumento da expectativa de vida, diminuição da taxa de mortalidade, preservando as vidas tão precocemente ceifadas, e diminuição da pressão sobre os recursos naturais (efeitos positivos). Outra implicação seria a queda na taxa de fecundidade, e também no aumento da população economicamente ativa provocando um bônus demográfico com a diminuição da dependência demográfica, com maiores investimentos na sociedade.



Neiva e Lima (2008) alegam que com a diminuição das taxas de fecundidade no Brasil, a renda e o padrão de vida se elevam, pois segundo as autoras torna-se mais fácil a produção de riquezas no país, porém sabemos que no Brasil esta é uma questão ambígua. Com a diminuição do crescimento demográfica em relação ao século XX, a população se multiplicou em uma grande proporção. Santos & Silveira, comentam que:

Entre 1940 a 1996 população brasileira cresceu cerca de quatro vezes, passando de 41.236.315 para 157.079.573. As regiões Norte e Centro-Oeste aumentaram progressivamente sua participação no total nacional, do qual a primeira representava 3,9% em 1940, 4,4% em 1970 e 7,2% em 1996, e a segunda significava 2,7%, 4,9% e 6,7% nesses mesmos anos. Essa participação relativa diminuiu no Nordeste, que passa de 35% em 1940 para 28,5% em 1996, e no Sudeste, ao qual corresponde 44,5% em 1940 e 42,7% em 1996. Já o Sul passa de 13,9% para cerca de 15% em 1996. Trata-se, de modo geral, de um processo de interiorização do povoamento. Em números brutos, a evolução demográfica é positiva em todas as regiões do país. Entre 1940 e 1991, a população brasileira mostra uma taxa de crescimento superior a 25% em cada decênio. (Santos & Silveira, 2001, pág. 199).

O século XXI faz projeções para um crescimento favorável, com projeção para 2050 de 290 milhões de habitantes, a qual se fosse na mesma proporção do século XX seria de 377 milhões, contudo com o Covid-19 têm-se um grande aumento das taxas de mortalidade que impactara em tais projeções. Ressaltando que segundo o IBGE (2021) a população brasileira atual (2021) está estimada em 212.985.434 de habitantes. Segundo Neiva e Lima (2008) a queda da fecundidade modifica até mesmo arquitetura das moradias na população de classe média, que podem adequar os cômodos para uma família menor, e que também poderia contribuir para diminuição da exploração dos recursos naturais como apontou Alves (2002) anteriormente, mas no atual Brasil isto é uma realidade distante devido o modelo agroexportador predatório, Oliveira (2009, pág. 53) comenta “a produção das lavouras permanentes e temporárias, por sua vez, tem obedecido lógicas distintas, ficando seu estímulo e/ ou expansão ligados, ora a ação do Estado, ora a de cooperativas ou empresas industriais”. A Folha de São Paulo em 2013 lançou os seguintes dados:

A população brasileira já ultrapassou a marca de 200 milhões de pessoas, número alcançado em dezembro. Segundo projeção oficial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), são 201.032.714 de pessoas vivendo no país em 2013 — eram 199.242.462 no ano passado. O crescimento populacional está, porém, com os anos contados. A partir de 2043, haverá um declínio, que terá prováveis implicações na economia, com menos pessoas para gerar renda. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, pág.3).

Neiva e Lima (2008), apontam que houve uma antecipação na diminuição das taxas de fecundidade no Brasil, possivelmente pela migração campo-cidade e mudanças advindas



dessas transições. As autoras concordam com Alves (2002) em relação as consequências do envelhecimento da população, e as mudanças que se adequariam para que não haja *quebras* na previdência. Entretanto, as projeções no Brasil para a evolução dos grupos etários até 2060, é para uma PIA expressiva. A Folha de São Paulo (2013, pág. 3) complementa: “segundo o IBGE, a esperança de vida ao nascer deve ter um ganho de 6,8 anos para os homens 5,9 anos para as mulheres até 2060”.

Urbanização do Cerrado e os problemas socioambientais

Para iniciar-se o debate sobre a ocupação do Cerrado uma retrospectiva é necessária, em primeiro lugar salienta-se que é um dos biomas mais importantes do Brasil, e como elucidada Chaveiro (2010) tem três capitais planejadas em seu território com duas metrópoles planejadas Goiânia (1940) e Brasília (1950), e a terceira capital essa espontânea, Palmas. Assim explana-se no que tange a ocupação antrópica do Cerrado, em segundo é necessário compreender aspectos pré-históricos, o marco dessa ocupação advém de uma intensa movimentação dos povos, nômades com hábitos caçadores e coletadores, após o surgimento de povos horticultores, povo ceramistas, como salienta Ferreira (2003). Pós-1500, a região do Planalto Central esteve ocupada por povos seminômades, com características caçadoras/horticultoras, e grande grupo linguístico Jê. Contudo, apenas no século XVI, os bandeirantes tornaram a Brasil Central como rota de exploração com o objetivo de capturar grupos indígenas para mão de obra escrava na região costeira do país.

Entretanto, a ocupação de povoamento é registrada no século XVIII, após as descobertas de ouro nas regiões dos atuais estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, não apenas a exploração de ouro, mas também exploração de outros minerais, o que caracterizou como uma região extrativista e mais recente a expansão da fronteira agrícola. No que se diz a respeito do território Goiano, não poderia ser distinto, pois, a primeira fase começou com sua incorporação ao chamado sistema colonial, com a migração da população mineira e nordestina, após a decadência da mineração, o estabelecimento de uma infraestrutura de transporte e as mudanças políticas.

Juntamente com a construção de duas capitais a integração da região de Goiás ao trânsito rodoviário tem-se os programas e projetos de intervenção de ação direta na região, e a partir de 1970 de forma intensa a expansão agrícola no Cerrado, concomitantemente com as relações sociais de trabalho, e as consequências dessa expansão como a degradação



ambiental por todo Cerrado em prol de um modelo agroexportador e a produção de commodities. É notório que o desenvolvimento do meio rural por meio da modernização da agricultura no Cerrado, conseqüentemente torna-se parte da história de uso e ocupação antrópica no Brasil. Contudo, o acentuado nível de concentração da propriedade da terra e da renda cria uma discrepância que gera conflitos e problemáticas, pois, os resultados desse processo foram ainda mais agravantes para os pequenos produtores estruturados no trabalho familiar. A isso Chaveiro acrescenta:

A terra ferida, a água contaminada, a população distribuída desigualmente, a renda fraturada, a economia diferenciada nas regiões, o sujeito desenraizado são características que demonstram um contraste: pelo critério das cifras e dos índices de produtividade, o território cerradoeiro é um dos mais promissores economicamente no país. Isso exige que se pense o modelo de desenvolvimento que o dinamiza e que igualmente destrói sua biodiversidade. Ou então, que o proclama por meio de imagens que ressaltam a sua importância vital, mas o abate na forma de usá-lo. Em síntese: quanto mais o Cerrado se afirma enquanto território, mais é destruído enquanto Bioma. (CHAVEIRO, 2010, pág. 27).

Com a implementação das políticas de modernização agrícola, é possibilitado a integração do território nacional, a agricultura do Cerrado, no qual torna-se pioneiro em produção e tecnologias de desenvolvimento agrícola com destaque para Goiás, passando por transformações significativas, com o objetivo principal de estreitar as relações entre o setor agrícola e o setor urbano-industrial, faz com que ocorra uma urbanização acelerada, principalmente a partir de 1970 com a valorização dos chapadões que passam a ser cultivados com as tecnologias de tal modernização.

Os dados do IBGE sugerem que a região Centro-Oeste, identificada como a “região do pau torto”, possui um índice de urbanização maior que a do país. Percebe-se também que, entre as unidades federativas, Goiás é a que apresenta maior índice de urbanização, confirmando o ritmo acelerado. E ao apreciar a distribuição dos municípios por classes de população, verifica-se uma profunda concentração demográfica. É evidente que a urbanização acelerada gerou uma rede urbana concentrada e desigual. Esse desenho não se detém apenas nas formas, no tamanho e nas relações das cidades e suas interações, mas em seus conteúdos. E implica fortemente nos desafios da gestão de suas cidades. A tendência é os grandes centros urbanos atraírem mais população e, portanto, aumentar as desigualdades; e as pequenas cidades perderem população, transformando-se em forças de retração. (CHAVEIRO, 2010, pág. 29).

Chaveiro (2010) expõe então algumas conseqüências de tal urbanização acelerada do Cerrado, como os problemas sociais e ambientais que advêm do aumento da mancha urbana nos grandes centros urbanos, como: violência, desemprego, falta de políticas públicas, transportes incipientes, a isto ele vai chamar de espaços indomáveis. Em contrapartida as pequenas cidades que passam a ser polarizadas e perdem sua vitalidade social



e econômica como consequência do saldo migratório negativo, tornam-se espaços deprimidos (CHAVEIRO, 2010).

Assim, há de considerar vários fatores dinâmicos para o planejamento das cidades cerradeiras. Essa urbanização acelerada requer a construção de obras sem o planejamento adequado, que acarreta inúmeros impactos ambientais como a remoção das matas ciliares e a retificação dos rios, como no caso de Catalão (GO) que teve a retificação de um dos principais cursos d'água que cortam a cidade, e como consequências enchentes diversas nos períodos de cheias, deixando as avenidas centrais alagadas, pois, a canalização não suporta o volume das precipitações inundando a Avenida *Raulina* Paschoal.

Visto que a dinâmica parte considerável das cidades no Cerrado se relacionam com o agronegócio, fica evidente, como o processo de modernização fortemente implementada sobretudo pelo sistema capitalista na segunda metade do século XX até os dias atuais, modificou a dinâmica de produção e destruição do bioma Cerrado, pois como aponta o MapaBiomias o desmatamento no Cerrado em 2019 foi de 408,6 mil hectares, tendo desde sua ocupação a perda de mais de 50% de sua vegetação, o que nesse ritmo gerara uma grande crise hídrica no Brasil quando o Cerrado for extinto pelo agronegócio. A isto, soma-se a urbanização acelerada como citada acima que condiciona as cidades em espaços deprimidos e indomáveis.

A crise hídrica também pode ser somada em escalas variadas pelo intenso uso do solo urbano associado ao desmatamento, pois os reservatórios de Goiás em determinados períodos principalmente nas estiagens ficam em estado crítico, Monteiro em 2014 já alertava que os tão importantes reservatórios de Goiás tem suas águas reduzidas e a demanda por energia só aumenta, podendo acarreta inúmeros impactos negativos em um futuro não tão distante. Lima (2014) complementa a informação alertando para a demora do ciclo chuvoso no Estado de Goiás, tendo o Rio Meia Ponte responsável por 52% de Goiana e Aparecida de Goiânia as duas maiores cidades do Estado, sua capacidade saturada.

Por sua vez, Freitas (2014) diz que as vazões extremamente reduzidas que vem passando os rios goianos nos períodos de estiagem, ocorrem mesmo em épocas do ano as quais não se tem grandes vazões. Além das massas de ar quente, outros pontos a se destacar para ocorrência de tais vazões são primordialmente o desmatamento e o uso inadequado do solo, somados a grande quantidade de água utilizada pelo agronegócio.

A ocupação antrópica da região do bioma Cerrado, é um reflexo das políticas públicas, que por grande parte do tempo não se atentou as problemáticas ambientais, negligenciando a



qualidade do uso do solo, a busca da produtividade excessiva a cada colheita, marcada pela contaminação, poluição, desmatamentos, e descasos ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência da fome é amenizada depois de vários esforços e políticas públicas instauradas principalmente no governo do PT (2003-2016) para o combate a fome e a miséria, com o presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011). Em seu discurso de posse, segundo Sampaio (2010), elegeu o combate à fome e a miséria como prioridade de sua gestão, criando no mesmo ano o programa Bolsa Família com três objetivos distintos: alívio imediato a fome (inserido no Fome Zero), rompimento da pobreza e a promoção a cidadania. Assim, pode-se citar entre os programas de combate a fome do governo do PT: o Fome Zero, Bolsa Família e os Restaurantes populares.

Elenca-se que situação atual do país é lastimável, a fome assola as classes menos favorecidas que são expropriadas da cidadania, em um (des) governo que atua contra o povo e contra a ciência. A entender, após o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff (2012 - 2016), os anos de turbulências políticas e econômicas assolam o país e a população perece em desemprego e as mazelas sociais se acentuam, atualmente com o governo neoliberal do Presidente Jair M. Bolsonaro eleito nas eleições de 2018, há um distanciamento das políticas públicas assistencialistas para com a população, somando a isto a pandemia do novo coronavírus leva ao governo despreparado e despreocupado com as populações vulneráveis a caminhar novamente ao Mapa da Fome. A CNN (2021, s/p) completa sobre o amplo alcance do Bolsa Família, “baseado em dados de 2001 a 2017 mostrou que, no decorrer de 15 anos, o programa reduziu a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25%. No entanto, o país deve voltar a figurar na geopolítica da miséria no balanço referente a 2020”. Concomitante a isto o país se afunda em uma crise ambiental advinda da produção em larga escala que abastece o mercado externo enquanto milhares de brasileiros perecem com os altos preços dos alimentos, em um país em que a democracia e cidadania são completas estranhas.

Pauta-se no tocante a transição das taxas de fecundidade, mortalidade, e natalidade da população brasileira, se interligam com a tão cara vida urbana, visto que atualmente o Brasil é um país urbano. Além do avanço da medicina, saneamento básico, as importantíssimas campanhas de vacinação e a emancipação feminina em várias instancias da sociedade estruturalmente patriarcal. Assim, pode-se ver em dados que a taxa de fecundidade em 1940, era de 6,17 filhos por mulher, mantendo essa média até 1960, e em 2014 passa-se a 1,74 filhos



por mulher. Essa transição precoce leva aos brasileiros novos padrões de vida, principalmente as famílias de classe média que tem acesso a vários recursos que contribuem para a diminuição de filhos.

Isso não significa que a população parou de crescer, mas se que continua a crescer de maneira mais lenta, e conseqüentemente terá um aumento na PIA, que posteriormente constituirá a população idosa do país, havendo uma janela de oportunidades demográficas positivas quando se diminui a população (menor dependência demográfica), e que se fechará quando essa população envelhecer. O envelhecimento da população sem a capitalização pode acarretar sobrecargas no sistema previdenciário, uma redução significativa na PIA, configurando em movimentos migratórios de outras regiões para suprir os trabalhadores ativos, essas experiências já se acentuam em alguns países da Europa.

Em relação a ocupação e urbanização das terras cerradeiras, estas ocorrem juntamente, com a história de Goiás marcada pela violência em busca de mão de obra indígena, as explorações de minerais, e logo com a expansão de grandes fazendas para a pecuária de grande porte, com baixo uso econômico da terra que se desdobrava no estado. Devido a vastidão de solo, tornou-se um meio de produção relativamente barato, mas a "construção" do solo, como a "limpeza" das propriedades, a correção e fertilização das safras, exigia considerável investimento de capital que ocorre na década de 1970 com a revolução verde.

O financiamento foi fornecido para maiores investimentos agrícolas, como arroz comercial, milho e soja. Nos aspectos apresentados, destaca-se o caráter conservador, exclusivo e concentrador da modernização da agricultura goiana, que reproduz os aspectos gerais da política nacional, propagando-se por todo o Bioma. Essa ocupação e a urbanização acelerada que ocorre com a modernização e a construção de duas importantes cidades planejadas, acarreta uma enorme degradação ambiental, que impacta diretamente sobre as biodiversidades locais. Com isto, se tem crises hídricas, deterioração do solo, uma enxurrada de fertilizantes e agrotóxicos deixados nos solos do cerrado pelo modelo agroexportador, e tudo isso se projeta na qualidade de vida das cidades que sofrem os efeitos de uma urbanização desurbanizada.

O Mapa da Fome de 1993 apresentou o contingente de 32 milhões de pessoas vivendo em estado de fome absoluta. Hoje o Brasil maior economia da América Latina, e com um PIB expoente mente significativo caminha retorno ao Mapa, segundo o Ecodebate (2021, s;p) “atualmente cerca de 32 milhões de pessoas não tem acesso ao alimento, esse processo é resultado da desigualdade de renda e desigualdade social”. Essa situação se agravou com a pandemia do novo coronavírus e o despreparo das instâncias governamentais. Assim, fome



que assola os brasileiros não remete a produção de alimentos, visto que a modernização do campo propõe uma alta produtividade, e sim das disparidades socioeconômicas e a falta de assistência pública para os que estão submetidos com o flagelo da fome.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. **A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica**. Textos para Discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, v. 4, p. 1-56, 2002. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/default.asp> Acesso: 22/04/2020.

ARRAIS, Tadeu Alencar. A Fome Severina. **O Popular**. Goiânia, 24 mar. 2021. Página 03.

BRASIL PODE ACABAR COM A POBREZA EM 2016. **O Popular/ IBGE/ IPEA**. Goiânia/Brasília, 13 de janeiro de 2010. p.13.

CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos; SPOSITO, Marcelo Lopes de Souza e Maria Encarnação Beltrão. “Da “Organização” À “Produção” Do Espaço No Movimento do Pensamento Geográfico”. In: **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**. São Paulo: Contexto, 2013.

CASTRO J. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. 10a Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1984.

CHAVEIRO, E. F. A URBANIZAÇÃO DO CERRADO: ESPAÇOS INDOMÁVEIS, ESPAÇOS DEPRIMIDOS. **Revista UFG, [S. l.]**, v. 12, n. 9, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48318>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CNN. Número de pessoas com fome aumenta durante a pandemia, alerta ONU. **CNN**, 26.set.2020. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/04/01/inflacao-e-pandemia-podem-empurrar-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome>> Acesso: 22/04/2020.

EMBRAPA. Artigo - Alimentos para o mundo. **EMBRAPA**, 15.10.2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/47327924/artigo---alimentos-para-o-mundo> Acesso: 23/04/2021.

IBGE. **População taxas de fecundidade**. 2021. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total.html>> Acesso: 22/04/2020.

IBGE revela explosão das cidades em 60 anos. **O Popular**. Goiânia, 26 de maio de 2007.

FAO. Após três anos a fome mundial ainda não diminuiu e a obesidade continua crescendo – informa a ONU. **FAO**, 2019. Disponível em: < <http://www.fao.org/news/story/pt/item/1201994/icode/> > Acesso: 20/04/2020.



FAO. Representante da FAO Brasil apresenta cenário da demanda por alimentos. **FAO**, 28.07.2017. Disponível em: < <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/901168/> >. Acesso: 23/04/2021.

FERREIRA, Idelvone Mendes. **O afogar das Veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das Veredas do Chapadão de Catalão (GO)**. 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

FREITAS, D. Seca drástica deixa rios em situação crítica. . **O Popular**. Goiânia, 19 de outubro de 2014. p.13.

GRIBEL, Álvaro. Zilda Arns: Orgulho e Dor. **O Popular**. Goiânia, 14 de janeiro 2010. p.13.

GUANDALIMI, Giuliano. **Com que Asas o País vai voar?** Sem local, sem ano. p. 48 a 54.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MANEIRO, V. et al. Bolsa Milionários. **O Popular**. Goiânia, 8 de agosto 2010. p.17.

MAPBIOMAS. **Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2019** – São Paulo, SP – MapBiomass, 2020, 49 páginas. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org>. Acesso em: 13 maio. 2021.

MATOS, P. F. Agronegócio no Sudeste Goiano e as disputas pelo uso do território. **Acta Geográfica** (UFRR), v. 1, p. 153-165, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro FASE, 1989.

MONTEIRO, L; LIMA, C. Mais demanda menos água. **O Popular**. Goiânia, 12 de novembro de 2014. p.14.

NETO, João Cabral de Melo Neto. **Morte e vida Severina**. Rio de Janeiro: Olympio, 1979. p. 71.

NEIVA, Paula; LIMA, Roberta de ABREU. Poucos e Bons. **Veja**. São Paulo, 30 de julho de 2008. p.94-105.

NETO, Caitano. A fome no Brasil é um problema antigo que está cada vez mais presente. **ECODEBATE**, 2016. Disponível em: < <https://www.ecodebate.com.br/2020/10/06/a-fome-no-brasil-e-um-problema-antigo-que-esta-cada-vez-mais-presente/> >. Acesso: 23/04/2021.

SOARES, Pedro. População brasileira ultrapassa marca de 200 milhões. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 de agosto de 2013. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/adblock.shtml?origin=after&url=https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1333686-populacao-brasileira-chega-a-200-mi-mas-tera-declinio-em-20-anos.shtml?loggedpaywall> >. Acesso: 22/04/2020.



OLIVEIRA, Marconi. **Os 70 anos de "A Geografia da Fome"**. Recife, 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/15/os-70-anos-de-a-geografia-da-fome>> Acesso: 23/04/2021.

PADUA, Andreia A. Silva de. A sobrevida da marcha para o Oeste. In: **Estudos**, Goiânia, v. 34, n. 7/8, p. 623-643, jul./ago. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira Transformações Recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. (p.469-534).

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: Veredas**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986. p. 36-37.

SAMPAIO, Arlete. Dignidade Humana. **O Popular**. Goiânia, 10 de novembro de 2009. p.08.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. (Re)Distribuição da população, economia e geografia do consumo e dos níveis de vida. In: _____. (org.). **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. páginas 199 -214.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STACCIARINI, J. H. R. Espaço e política: percursos da pluralidade política e ética no território dos anos pós 1990 - as origens da ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida. In: _____. (org.). **Pluralidade, publicização e multiplicação do fazer político: a ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida no território brasileiro (1992-1997)**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, UNESP. São Paulo. p. 199 - 214.

_____, J. H. R. Introdução. In: _____. (org.). **Pluralidade, publicização e multiplicação do fazer político: a ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida no território brasileiro (1992-1997)**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, UNESP. São Paulo. p. 27 - 50. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/102972>> Acesso: 20/04/2020.

_____, J. H. R. Dos deslocamentos de população do Brasil do século XVI à expressão espacial da miséria da população rural e urbana no limiar do terceiro milênio. Anais In: XI SIMPURB, 2009, Brasília, v. 1. p.1-20.

_____, J. H. R ; MARÇAL, P.S.R. As enchentes na Raulina, o Setor Ipanema, Cicloviarias e a Nova Gestão Ambiental. **Diário de Catalão**. Catalão, 27 de fevereiro de 2013.

_____, J. H. R. (2017). Governo Lula: e as iniciativas sociais plurais da ação da cidadania contra a fome?. **evista UFG, [S. l.]**, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/49245>. Acesso em: 23 abr. 2021.